



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**

CNPJ: 17.710.476/0001-19



25

A

PARECER JURÍDICO

**“LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS
ELETRÔNICA – Dispensa de Licitação”**

Por determinação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, o servidor Clovis Eduardo Schettino, Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Santo Antônio do Aventureiro, consulta-me, expressamente, acerca da possibilidade de se LOCAR SOFTWARE PARA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, a fim de dar andamento no atendimento aos estabelecimentos comerciais do Município de Santo Antônio do Aventureiro que dependem deste software para emissão de suas notas fiscais, mediante Dispensa de Licitação.

Acompanhando a consulta estão a Proposta e Documentação da empresa Contemporâneo Tecnologia em Informática Ltda. - ME., propostas das empresas Jungle Consultoria e Soluções Sociais Ltda. e Planejar Consultores Associados Ltda, além da Solicitação da Secretária Municipal de Administração.

Informática Ltda. - ME, além de Autorização da Sra. Prefeita Municipal.

Diante disso, transcrevo o seguinte dispositivo da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto nº 9.412/2018:

LEI FEDERAL 8.666/93.

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

(...)

Começo evidenciando que a Constituição determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ser antecedida, em regra, de licitação, um procedimento preliminar formal,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**

CNPJ: 17.710.476/0001-19



26

4

isonômico e vinculado, voltado ao atendimento do interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, no entanto, a Lei Federal 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos Públicos) autorizou hipóteses em que a realização da competição poderá ser dispensada através de contratações diretas.

Observa-se que as exceções ao princípio da obrigatoriedade de licitar estão regulamentadas pela Diploma legal acima citado, em seus artigos 24 e 25, podendo se dar por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação, será possível, portanto, quando, embora possível a realização de procedimento licitatório, o mesmo não seja viável, autorizando a lei que o servidor não promova a licitação. Isso quer dizer que a autorização prevista no art. 24 não possui força vinculativa ao administrador, cabendo a este a escolha de realizar ou não procedimento de licitação no caso concreto.

Entretanto, em que pese a liberdade concedida, para que o Estado possa valer-se da dispensa de licitação é necessário que haja expressa previsão legislativa. Não por outra razão é que o art. 24 da Lei Federal 8.666/93 traz um rol taxativo de trinta e cinco situações em que é dispensável a realização de certame licitatório, hipóteses essas que não admitem interpretações extensivas para que a obrigação de licitar seja afastada.

Com efeito, o critério adotado pela lei, para estabelecer a hipótese de dispensa de licitação é finalística, atendida a finalidade legalmente posta, possível será a contratação direta. O legislador se escusou, portanto, de enumerar o que poderia ou não ser contratado, possivelmente por compreender que, diante da situação concreta, imprevisíveis são as medidas que se farão necessárias para a sua solução, sendo mais eficiente indicar o que se propõe a habilitação legal para dispensa da licitação, do que indicar, exhaustivamente, o que poderá ser contratado.

Observa-se que a contratação ora pretendida tem por base atender a necessidade do Município, dando andamento no atendimento aos estabelecimentos comerciais do Município de Santo Antonio do Aventureiro que dependem deste software para emissão de suas notas fiscais, o que certamente ocasionaria danos a esses estabelecimentos.

Então, como o valor desta contratação é de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), conforme proposta já mencionada anteriormente, valor este inferior ao limite previsto no inciso anteriormente descrito, ou seja, inferior a 10% (dez por cento) de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), limite este que caracterizaria a confecção de procedimento diverso depois do advento da publicação do Decreto 9412/2018, não há a obrigatoriedade de se confeccionar procedimento licitatório.

Salienta-se, que a firma Contemporâneo Tecnologia em Informática Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.838.567/0001-74, apresentou proposta no valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais); Jungle Consultoria e Soluções Sociais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.582.479/0001-23, no valor total de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais); e, Planejar Consultores Associados Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 26.125.096/0001-08, no valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Registra-se que a empresa Contemporâneo Tecnologia em Informática Ltda. - ME. apresentou os seguintes documentos: Contrato Social, Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, CNPJ, CRF do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal e Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa, além da Declaração de que Não Emprega Menor, demonstrando, assim, sua regularidade jurídica, econômica, fiscal e trabalhista.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**

CNPJ: 17.710.476/0001-19



27
A


Observando-se tudo que já foi exposto se vê claramente que os princípios gerais que regem a Administração como o da legalidade, da sustentabilidade ambiental, da economicidade, da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e o da supremacia do interesse público, aqui são amplamente respeitados.

Assim, firmo este parecer favorável à dispensa de licitação para LOCAR SOFTWARE PARA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, da empresa Contemporâneo Tecnologia em Informática Ltda. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.838.567/0001-74, com sede na Av. José Maria dos Santos, nº 345, Sala 02, Centro, no Município de Coimbra – MG, em razão de ser a melhor proposta apresentada, com o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) para o período de doze meses, o que faço, com fulcro no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Por fim, se confirmada, pela autoridade competente, a dispensa de licitação em pauta, retornem-me os autos para a confecção do contrato.

É o meu parecer, s.m.j.

Santo Antonio do Aventureiro - MG, 21 de janeiro de 2021.



JOSÉ AUGUSTO DE FARIA SCHMIDT – OAB/MG 156.965
Assessor Jurídico